

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

EDITAL Nº 76/2025

PREGÃO ELETRÔNICO 79/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSOS DE DESPESA: 157987/2025 (SAS) e 158168/2025 (SME)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 163125/2025

PROCESSO LICITATÓRIO: 79/2025

COTAÇÃO: 1373/2025

ABERTURA: 23/05/2025

HORÁRIO: 13 horas 30 minutos

OBJETO

AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/05/2025 às 13hs30min (horário de Brasília)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 400.187,95

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Em razão do art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/06 fica garantida para a presente licitação:

- Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

Torna-se público que o Município de Xangri-lá/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.436.474/0001-24 por meio do Setor de Licitações, sediado à Av. Elmar Ricardo Wagner (antiga Rua Rio Jacuí), 853, CEP 95588-000, Xangri-Lá/RS, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 162, de 26 de junho de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme ANEXO II (RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR REFERÊNCIA), facultando-se ao licitante a participação em tantos itens quantos forem de seu interesse.

1.3. A quantidade mínima a ser adquirida para este Registro de Preços é de 10% (dez por cento) da quantidade licitada.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Licitação todos os interessados, inclusive empresas reunidas em consórcio, que sejam especializados e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, preenchendo os pré-requisitos acima, e que, apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras Públicas. (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Em razão do art. 48, **Inciso I** da Lei Complementar 123/06, fica garantida para a presente licitação:

3.5.1. Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2. e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2. e 3.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, e deverá estar de acordo com o tipo de licitação estipulado no Preâmbulo deste Edital.

5.2. NA PROPOSTA, **em arquivo PDF/a**, DEVERÁ SER LEVADO EM CONTA OS SEGUINTE REQUISITOS:

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

5.2.1. O preço de cada um dos itens licitados deverá atender o tipo de licitação descrito no preâmbulo do edital, em moeda corrente nacional, em algarismo com **duas casas decimais**.

5.2.2. Valor unitário e total do item;

5.2.3. Marca e modelo (quando for o caso) e especificação detalhada do objeto licitado, consoante às exigências editalícias.

5.2.4. Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos.

5.2.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo de cada item, previsto para a aquisição.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo simples Nacional desde que não infrinja o art. 17, inciso XII da LCP 123/2006, sendo que nesse caso não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, obrigando a contratada a apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento à RFB, em consequência do que dispõem o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II da LCP 123/2006.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, **o licitante deverá indicar** os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

6.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2.2. Empresas brasileiras;

6.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/ EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. Contiver vícios insanáveis;

7.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi – integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante.

7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis previstos na Lei 14.133/2021.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários,

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.9.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, **o licitante deverá** indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.9.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.9.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.9.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá seguir o procedimento disposto no item “DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deste Edital bem como enviar os seguintes documentos, **em arquivo PDF/a**, a fim de facilitar a disponibilização de informações, respeitando ao princípio da transparência:

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoas naturais, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002.

8.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.2. Os documentos previstos no item 8, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observadas as seguintes normas:

8.3.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

8.3.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

8.3.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.3.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

8.3.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.3.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

8.3.7. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia e deverão estar assinados preferencialmente de forma digital.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9. A verificação dos documentos de habilitação somente serão feitas em relação ao licitante vencedor.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.8.1..

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

9.1 O prazo e local de entrega deverão obedecer as especificações do item “5” do ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA.

9.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133/2021.

10. PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até trinta dias a partir da entrega do objeto, mediante apresentação nota fiscal e autorização da respectiva secretaria.

10.2 O erário reserva-se no direito de efetuar todos os descontos previstos em lei.

10.3 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa adjudicatária enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

10.4 O pagamento somente será efetuado mediante emissão das certidões habilitatórias atualizadas e negativas.

10.5 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M (FGV), e a Administração pagará a contratada com juros de 1% ao mês, calculados pro rata dia, até o efetivo pagamento.

10.6 A cada 12 (doze) meses de execução contratual, o valor estipulado para o contrato será reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1 O Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar a entrega do objeto conforme especificado no item “8” do **ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA**.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A Ata estará disponibilizada, para assinatura digital, no Processo Administrativo na plataforma FlowDocs Xangri-lá (<https://xangrila.flowdocs.com.br:2053/public/home>). Para acessar a Plataforma será necessária a realização de cadastro.

12.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo II (Relação dos itens com valor referência), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. Fraudar a licitação

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado;

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4., 15.1.5., 15.1.6., 15.1.7. e 15.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1., 15.1.2. e 15.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será realizada em acordo com o Decreto Nº 409/2022.

15.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente de forma eletrônica, através do Portal de Compras Públicas.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

Município de Xangri-Lá

www.xangrila.rs.gov.br

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://xangrila.rs.gov.br/licitacoes-e-contratos>

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.11.1. ANEXO I – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.11.2. ANEXO II – RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR REFERÊNCIA

17.11.3. ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

Xangri-Lá, 09 de maio de 2025.

Celso Bassani Barbosa
Prefeito Municipal

ANEXO I - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeitura Municipal de Xangri-lá, com sede na cidade de Xangri-lá, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 94.436.474/0001-24 neste ato representado(a) pelo(a) **PREFEITO MUNICIPAL 994.076.630-00**, nomeado(a) pela ata nº 105/2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal 158/2024 ou outro que vier a substituí-lo no âmbito do Município, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**, especificado(s) no(s) item(ns), anexo II do edital de Licitação nº 79/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

Lote						
Item	Descrição do Produto	Qte	Unidade	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	ABSORVENTE HIGIÊNICO, COM ABAS, COBERTURA SECA, FORMATO ANATÔMICO. ABSORVENTE HIGIÊNICO, COM ABAS, COBERTURA SECA, FORMATO ANATÔMICO, CIRCUITO COMPLETO ANTIVAZAMENTO E TRIPLA PROTEÇÃO, CONTENDO GEL EM SUA FÓRMULA, PACOTE COM 08 UNIDADES.	1300	UN		3,59	4.667,00
2	ALGODÃO HIDRÓFILO (PACOTE C/ 25 G) ALGODÃO HIDRÓFILO (PACOTE C/ 25 G)	1100	PCT		1,87	2.057,00
3	ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO NEUTRO 500G ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO NEUTRO, ISENTO DE IMPUREZAS. 500G DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA	100	RL		15,00	1.500,00
4	ANTISSÉPTICO BUCAL, COM FLÚOR, SEM ÁLCOOL, TUBO COM 2L ANTISSÉPTICO BUCAL, COM FLÚOR, SEM ÁLCOOL, TUBO COM 2L	100	UN		44,00	4.400,00
5	ANTISSÉPTICO PARA FERIMENTOS, SOLUÇÃO EM SPRAY, 50ML ANTISSÉPTICO PARA FERIMENTOS, SOLUÇÃO EM SPRAY, 50ML	150	UN		19,30	2.895,00
6	BABADOR INFANTIL AJUSTÁVEL IMPERMEÁVEL • a prova d'água • Medidas: 25,5 x 35 cm • amarração ajustável • algodão/poliéster/pvc • na cor branco	1000	UN		5,99	5.990,00
7	CHUPETA DE SILICONE, IDADE RECOMENDADA 0 À 6 MESES. CHUPETA DE SILICONE, IDADE RECOMENDADA 0 À 6 MESES.	30	UN		15,05	451,50
8	CONDICIONADOR (LITRO)1060363) CONDICIONADOR (LITRO)	1150	LT		17,27	19.860,50
9	CONDICIONADOR P/ TODOS OS TIPOS DE CABELO, GALÃO D1060446) CONDICIONADOR P/ TODOS OS TIPOS DE CABELO, GALÃO DE 5L USO PROFISSIONAL	50	GL		50,08	2.504,00
10	CORTADOR DE UNHAS METÁLICO1060358) CORTADOR DE UNHAS METÁLICO	20	UN		6,00	120,00
11	COTONETE (CAIXA COM 75 UNIDADES) COTONETE (CAIXA COM 75 UNIDADES)	550	UN		6,90	3.795,00
12	CREME CONDICIONADOR1070233) CREME CONDICIONADOR	1000	UN		12,50	12.500,00

13	CREME DE BARBEAR, 65G	50	UN	9,76	488,00
14	CREME DE BARBEAR, 65G CREME DENTAL 90G creme dental fluoretado; para uso individual. Comercializada em embalagens de 90 g.	400	EMB	6,90	2.760,00
15	CREME DENTAL INFANTIL 50 GR1060041)	2200	TB	5,24	11.528,00
16	CREME DENTAL INFANTIL 50 GR CREME P/ PENTEAR S/ ENXAGUE P/ TODOS TIPOS DE CABE1060448) CREME P/ PENTEAR S/ ENXAGUE P/ TODOS TIPOS DE CABELO 1L	50	UN	10,00	500,00
17	CURATIVO ADESIVO CAIXA COM TAMANHOS VARIADOS, CAIXA COM 40 UNIDADES CURATIVO ADESIVO CAIXA COM TAMANHOS VARIADOS, CAIXA COM 40 UNIDADES	200	CX	14,21	2.842,00
18	DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, FEMININO, 50ML DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, FEMININO, 50ML	50	UN	10,50	525,00
19	DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, MASCULINO, 50ML DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, MASCULINO, 50ML	50	UN	7,87	393,50
20	ELÁTICO PARA CABELO CORES VARIADAS ELÁTICO PARA CABELO CORES VARIADAS	50	CART	12,00	600,00
21	ESCOVA DE CABELO1660004) ESCOVA DE CABELO	30	UN	11,82	354,60
22	ESCOVA DENTAL (ADULTO) 5021442) ESCOVA DENTAL (ADULTO)	200	UN	5,00	1.000,00
23	ESCOVA DENTAL INFANTIL EXTRA-MACIA ESCOVA DENTAL INFANTIL EXTRA-MACIA	3300	UN	6,40	21.120,00
24	ESCOVA DENTAL INFATIL uso infantil; macia; cabeça pequena; multicolor; embaladas individualmente. Unidade.	3150	UN	3,90	12.285,00
25	FIO DENTAL 50 METROS embalagem para uso individual; Unidade contendo 50 metros.	200	EMB	2,20	440,00
26	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG Fralda Descartável Infantil Tamanho: XXG, com fitas elásticas, vitamina E, fios elásticos, aloe vera e gel absorvente, proteção por até 12 hs (pacote com 24 unidades)	200	PCT	29,40	5.880,00
27	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: EXTRA G, COM FITAS ELÁS FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: EXTRA G, COM FITAS ELÁSTICAS , VITAMINA E, FIOS ELASTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE PROTEÇÃO POR ATÉ 12 h.(PACOTE C/ 24 UNIDADES)	200	PCT	22,75	4.550,00
28	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: G , COM FITAS ELÁSTICAS FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: G , COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE PROTEÇÃO POR ATÉ 12h . (PACOTE 24 UNID.)	200	PCT	28,50	5.700,00
29	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: M , COM FITAS ELÁSTICAS FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: M , COM FITAS ELÁSTICAS , VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE, PROTEÇÃO POR ATÉ 12h . (PACOTE 24UNID.)	200	PCT	20,60	4.120,00
30	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: RN (RECEM NASCIDO), CO FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: RN (RECEM NASCIDO), COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E,	200	PCT	15,60	3.120,00

	FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE MÁXIMA PROTEÇÃO POR ATÉ 12h DIA E NOITE.(PACOTE C/ 18 UNID.)				
31	GEL FIXADOR P/ CABELOS ,SEM ALCOOL DE 1 L1060447)	30	UN	11,50	345,00
32	GEL FIXADOR P/ CABELOS ,SEM ALCOOL DE 1 L HIDRATANTE CORPORAL, PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, COM PERFUME, TUBO COM 400ML	50	UN	15,83	791,50
33	HIDRATANTE CORPORAL, PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, COM PERFUME, TUBO COM 400ML LÂMINA DE BARBEAR COM CABO DE PLÁSTICO, CAIXA COM 3 UNIDADES	50	CX	8,00	400,00
34	LÂMINA DE BARBEAR COM CABO DE PLÁSTICO, CAIXA COM 3 UNIDADES LENÇO UMEDECIDO (EMBALAGEM COM +/- 450 UND). LENÇO UMEDECIDO ELABORADO COM INGREDIENTES NÃO-ALCOÓLICOS, EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES DE 17 X12 cm, FRAGRÂNCIA SUAVE, TESTADO	500	CX	17,45	8.725,00
35	DERMATOLOGICAMENTE COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM BALDE PLÁSTICO CONTENDO MAXIMO 450 LENÇOS.CX COM NO MINIMO 6 BALDES PRAZO DE VALIDADE 18 MESES	2100	PT	11,54	24.234,00
36	LENÇOS UMEDECIDOS, POTE COM 70 UNIDADES LENÇOS UMEDECIDOS PARA BEBÊS, POTE COM 70 UNIDADES. LIXAS DE UNHAS CX COM 50 UND	30	CX	18,00	540,00
	Lixas de unhas, cx. c/ 50 unidades. Possuindo dois tipos de gramatura, de um lado grossa para desbaste e de outra fina para acabamento. Medindo aproximadamente 16 cm.				
37	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. G- CX COM 100 LUVAS	1000	CX	24,90	24.900,00
38	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. G- CAIXA COM 100 LUVAS	2000	CX	25,59	51.180,00
39	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. M- CX COM 100 LUVAS	1500	CX	25,00	37.500,00
40	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. M- CAIXA COM 100 LUVAS				
40	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. P- CX COM 100 LUVAS				
40	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. P- CAIXA COM 100 LUVAS				
40	MAMADEIRA HIGIÊNICA, COM CAPACIDADE PARA 240 ml, 30 ACOMPANHA		UN	17,70	531,00
41	MAMADEIRA HIGIÊNICA, COM CAPACIDADE PARA 240 ml, ACOMPANHA BICO DE SILICONE, MATERIAL RESISTENTE E ATENDE A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO. IDADE RECOMENDADA 0 A 6 MÊSES.				
41	PENTE EM PLÁSTICO RESISTENTE1060361)	30	UN	7,78	233,40
42	PENTE EM PLÁSTICO RESISTENTE				
42	PENTE FINO DE METAL PARA PILHOS1060357)	15	UN	21,70	325,50
43	PENTE FINO DE METAL PARA PILHOS				
43	PO ANTISÉPTICO PELOTENSE TUBOS DE 120GR1310032) 600		UN	14,61	8.766,00
44	PO ANTISÉPTICO PELOTENSE TUBOS DE 120GR				
44	POMADA PARA ASSADURA CONTENDO VITAMINA D E OXIDO DE ZINCO,	1000	UN	9,57	9.570,00
	POMADA PARA ASSADURA CONTENDO COLECALCIFEROL 900UI/g, OXIDO DE ZINCO 150mg/g E ACETATO DE RETINOL 5000 UI/g UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 45G.				
45	REMOVEDOR DE ESMALTE, 100ML	30	UN	5,17	155,10
46	REMOVEDOR DE ESMALTE, 100ML				
46	SABONETE ASPECTO SÓLIDO, PESO 90G TIPO COM PERFUME	400	UN	1,71	684,00

	SABONETE ASPECTO SÓLIDO, PESO 90G TIPO COM PERFUME.				
47	SABONETE INFANTIL 80GR SABONETE INFANTIL NEUTRO, SEM ADIÇÃO DE ÁLCOOL, HIPOALERGÊNICO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM PROPRIEDADES RECONHECIDAMENTE HIDRATANTES, PESO 80GR. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	100	UN	3,99	399,00
48	SABONETE LÍQUIDO 5L SABONETE LÍQUIDO, ANTISSEPTICO, USO EXTERNO, BIODEGRADÁVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, PRONTO PARA USAR SEM DILUIR, FRAGRÂNCIA A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO. EMBALAGEM COM 5LTS E VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	600	GL	50,64	30.384,00
49	SHAMPOO INFANTIL 200ML.	1100	UN	11,45	12.595,00
50	SHAMPOO INFANTIL, FRAGRANCIA SUAVE, ACONDICIONADO EM FRASCO SHAMPOO INFANTIL, FRAGRANCIA SUAVE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 500 GR.	1100	UN	15,90	17.490,00
51	SHAMPOO P/ TODOS TIPOS DE CABELOS GALÃO DE 5L (USO 1060445) SHAMPOO P/ TODOS TIPOS DE CABELOS GALÃO DE 5L USO PROFISSIONAL	100	GL	26,80	2.680,00
52	SPRAY FIXADOR PARA CABELO	15	UN	26,61	399,15
53	SPRAY FIXADOR PARA CABELO TALCO INFANTIL 200G.1070664)	2150	UN	11,48	24.682,00
54	TALCO INFANTIL 200G. TERMOMETRO DIGITAL TERMOMETRO DIGITAL Termômetro Material: Plástico , Aplicação: Medição De Temperatura Em Ambientes , Faixa Medição Temperatura: Interna (-20/+70°C) E Externa (-50/+70°C) °C, Tipo: Digital , Características Adicionais: Botão Liga/Desliga, Cabo Extensor Com Mínimo 2m , Alimentação: Pilha	100	UN	35,80	3.580,00
55	TESOURA ANATÔMICA PARA CORTAR UNHAS DE RECÉM-NASCI(5021539) TESOURA ANATÔMICA PARA CORTAR UNHAS DE RECÉM-NASCIDO.	10	UN	15,22	152,20

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Xangri-lá

3.2. Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares (o nosso não é publicado inicialmente)

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano (12 meses), contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9..

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja

aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item Erro: Origem da referência não encontrada, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais superveniência de disposições legais, com comprovada sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições

inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2. e no item 7.2.1., o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. Não retirar assinar o contrato, retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4. Tiver presentes razões de interesse público

9.1.5. A seu requerimento, desde que comprovada a força maior ou caso fortuito.

Parágrafo único. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

9.2. Em qualquer de cancelamento, poderá a Administração, demonstrada vantajosidade, convocar os fornecedores remanescentes.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido pelo Edital a contar do recebimento definitivo do objeto e da respectiva fatura, aprovados pelo Município, através do servidor responsável pela fiscalização do contrato ou pelo responsável pelo pedido de compra.

11.2. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M (FGV), e a Administração pagará a contratada com juros de 1% ao mês, calculados pro rata dia, até o efetivo pagamento.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes órgãos participantes (se houver). e encaminhada cópia aos demais

Xangri-lá, 11 de abril de 2025

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 1 de 2

Licitação: 000079/25 PREGÃO ELETRÔNICO

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
1	001.090.005	ABSORVENTE HIGIÊNICO, COM ABAS, COBERTURA SECA, FORMATO ANATÔMICO, CIRCUITO COMPLETO ANTIVAZAMENTO E TRIPLA PROTEÇÃO, CONTENDO GEL EM SUA FÓRMULA, PACOTE COM 08 UNIDADES.	UN	1.300	3,59	4.667,00
2	005.002.316	ALGODÃO HIDRÓFILO (PACOTE C/ 25 G)	PCT	1.100	1,87	2.057,00
3	005.002.901	ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO NEUTRO 500G	RL	100	15,00	1.500,00
4	001.006.596	ANTISSÉPTICO BUCAL, COM FLUOR, SEM ÁLCOOL, TL UN	UN	100	44,00	4.400,00
5	001.006.595	ANTISSÉPTICO PARA FERIMENTOS, SOLUÇÃO EM SPI UN	UN	150	19,30	2.895,00
6	001.006.694	BABADOR INFANTIL AJUSTÁVEL IMPERMEÁVEL	UN	1.000	5,99	5.990,00
		• a prova d'água				
		• Medidas: 25,5 x 35 cm				
		• amarração ajustável				
		• algodão/poliéster/pvc				
		• na cor branco				
7	001.006.516	CHUPETA DE SILICONE, IDADE RECOMENDADA 0 À 6 MESES.	UN	30	15,05	451,50
8	001.006.363	CONDICIONADOR (LITRO)1060363)	LT	1.150	17,27	19.860,50
9	001.006.446	CONDICIONADOR P/ TODOS OS TIPOS DE CABELO, G/ GL	GL	50	50,08	2.504,00
10	001.006.358	CORTADOR DE UNHAS METÁLICO1060358)	UN	20	6,00	120,00
11	001.062.002	COTONETE (CAIXA COM 75 UNIDADES)	UN	550	6,90	3.795,00
12	001.007.233	CREME CONDICIONADOR1070233)	UN	1.000	12,50	12.500,00
13	001.006.600	CREME DE BARBEAR, 65G	UN	50	9,76	488,00
14	005.003.295	CREME DENTAL 90G	EMB	400	6,90	2.760,00
15	001.006.041	CREME DENTAL INFANTIL 50 GR1060041)	TB	2.200	5,24	11.528,00
16	001.006.448	CREME P/ PENTEAR S/ ENXAGUE P/ TODOS TIPOS DE CABELO 1L	UN	50	10,00	500,00
17	001.006.594	CURATIVO ADESIVO CAIXA COM TAMANHOS VARIADOS, CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	200	14,21	2.842,00
18	001.006.592	DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, FEMININO, 50ML	UN	50	10,50	525,00
19	001.006.591	DESODORANTE ROLL ON, ANTITRANSPIRANTE, MASCULINO, 50ML	UN	50	7,87	393,50
20	001.044.023	ELÁSTICO PARA CABELO CORES VARIADAS	CART	50	12,00	600,00
21	001.062.004	ESCOVA DE CABELO1660004)	UN	30	11,82	354,60
22	005.006.442	ESCOVA DENTAL (ADULTO) 5021442)	UN	200	5,00	1.000,00
23	001.031.123	ESCOVA DENTAL INFANTIL EXTRA-MACIA	UN	3.300	6,40	21.120,00
24	005.003.302	ESCOVA DENTAL INFANTIL	UN	3.150	3,90	12.285,00
25	005.003.304	FIO DENTAL 50 METROS	EMB	200	2,20	440,00
26	001.006.661	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG	PCT	200	29,40	5.880,00
27	001.006.524	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: EXTRA G, COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE PROTEÇÃO POR ATÉ 12h.(PACOTE C/ 24 UNIDADES)	PCT	200	22,75	4.550,00
28	001.006.499	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: G, COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE PROTEÇÃO POR ATÉ 12h.(PACOTE 24 UNID.)	PCT	200	28,50	5.700,00
29	001.006.510	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: M, COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE, PROTEÇÃO POR ATÉ 12h.(PACOTE 24UNID.)	PCT	200	20,60	4.120,00
30	001.006.512	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO: RN (RECÉM NASCIDO), COM FITAS ELÁSTICAS, VITAMINA E, FIOS ELÁSTICOS, ALOE VERA E GEL ABSORVENTE MÁXIMA PROTEÇÃO POR ATÉ 12h DIA E NOITE.(PACOTE C/ 18 UNID.)	PCT	200	15,60	3.120,00
31	001.006.447	GEL FIXADOR P/ CABELOS, SEM ÁLCOOL DE 1 L10604 UN	UN	30	11,50	345,00
32	001.006.597	HIDRATANTE CORPORAL, PARA TODOS OS TIPOS DE PELE, COM PERFUME, TUBO COM 400ML	UN	50	15,83	791,50
33	001.006.599	LÂMINA DE BARBEAR COM CABO DE PLÁSTICO, CAIXA CX	CX	50	8,00	400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LA

RUA RIO JACUI, 854

CNPJ: 94436474/0001-24

Lista de Produtos com Preço Médio - VALOR REFERÊNCIA

Página 2 de 2

Licitação: 000079/25 PREGÃO ELETRÔNICO

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
34	006.001.336	LÂMINA DE BARBEAR COM CABO DE PLÁSTICO, CAIXA COM 3 UNIDADES LENÇO UMEDECIDO (EMBALAGEM COM +/- 450 UND). CX LENÇO UMEDECIDO ELABORADO COM INGREDIENTES NÃO-ALCOÓLICOS, EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT) NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES DE 17 X12 cm, FRAGRÂNCIA SUAVE, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM BALDE PLÁSTICO CONTENDO MAXIMO 450 LENÇOS.CX COM NO MINIMO 6 BALDES PRAZO DE VALIDADE 18 MESES	CX	500	17,45	8.725,00
35	001.006.513	LENÇOS UMEDECIDOS, POTE COM 70 UNIDADES LENÇOS UMEDECIDOS PARA BEBÊS, POTE COM 70 UNIDADES.	PT	2.100	11,54	24.234,00
36	001.006.685	LIXAS DE UNHAS CX COM 50 UND Lixas de unhas, cx. c/ 50 unidades. Possuindo dois tipos de gramatura, de um lado grossa para desbaste e de outra fina para acabamento. Medindo aproximadamente 16 cm.	CX	30	18,00	540,00
37	005.002.718	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. G- CX CX LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. G- CAIXA COM 100 LUVAS	CX	1.000	24,90	24.900,00
38	005.002.905	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. M- CX CX LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. M- CAIXA COM 100 LUVAS	CX	2.000	25,59	51.180,00
39	005.002.830	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. P- CX CX LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO - TAM. P- CAIXA COM 100 LUVAS	CX	1.500	25,00	37.500,00
40	001.006.514	MAMADEIRA HIGIÊNICA, COM CAPACIDADE PARA 240 UN MAMADEIRA HIGIÊNICA, COM CAPACIDADE PARA 240 ml, ACOMPANHA BICO DE SILICONE, MATERIAL RESISTENTE E ATENDE A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO INMETRO. IDADE RECOMENDADA 0 A 6 MESES.	UN	30	17,70	531,00
41	001.006.361	PENTE EM PLÁSTICO RESISTENTE(1060361) PENTE EM PLÁSTICO RESISTENTE	UN	30	7,78	233,40
42	001.006.357	PENTE FINO DE METAL PARA PILHOS(1060357) PENTE FINO DE METAL PARA PILHOS	UN	15	21,70	325,50
43	001.031.032	PO ANTISÉPTICO PELOTENSE TUBOS DE 120GR13100 UN PO ANTISÉPTICO PELOTENSE TUBOS DE 120GR	UN	600	14,61	8.766,00
44	001.031.260	POMADA PARA ASSADURA CONTENDO VITAMINA D E UN POMADA PARA ASSADURA CONTENDO COLECALCIFEROL 900UI/g, OXIDO DE ZINCO 150mg/g E ACETATO DE RETINOL 5000 UI/g UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 45G.	UN	1.000	9,57	9.570,00
45	001.006.601	REMOVEDOR DE ESMALTE, 100ML REMOVEDOR DE ESMALTE, 100ML	UN	30	5,17	155,10
46	001.031.263	SABONETE ASPECTO SÓLIDO, PESO 90G TIPO COM P UN SABONETE ASPECTO SÓLIDO, PESO 90G TIPO COM PERFUME.	UN	400	1,71	684,00
47	001.006.585	SABONETE INFANTIL 80GR SABONETE INFANTIL NEUTRO, SEM ADIÇÃO DE ÁLCOOL, HIPOALERGÊNICO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, COM PROPRIEDADES RECONHECIDAMENTE HIDRATANTES, PESO 80GR. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA.	UN	100	3,99	399,00
48	001.006.239	SABONETE LÍQUIDO 5L SABONETE LÍQUIDO, ANTISSEPTICO, USO EXTERNO, BIODEGRADÁVEL, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, PRONTO PARA USAR SEM DILUIR, FRAGRÂNCIA A ESCOLHER NO MOMENTO DA SOLICITAÇÃO. EMBALAGEM COM 5LTS E VALIDADE MONIMA DE 18 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	GL	600	50,64	30.384,00
49	001.006.397	SHAMPOO INFANTIL 200ML. SHAMPOO INFANTIL 200ML.	UN	1.100	11,45	12.595,00
50	001.031.268	SHAMPOO INFANTIL, FRAGRANCIA SUAVE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 500 GR. SHAMPOO INFANTIL, FRAGRANCIA SUAVE, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO, CONTENDO 500 GR.	UN	1.100	15,90	17.490,00
51	001.006.445	SHAMPOO P/ TODOS TIPOS DE CABELOS GALÃO DE 5 GL SHAMPOO P/ TODOS TIPOS DE CABELOS GALÃO DE 5L USO PROFISSIONAL	GL	100	26,80	2.680,00
52	001.067.036	SPRAY FIXADOR PARA CABELO SPRAY FIXADOR PARA CABELO	UN	15	26,61	399,15
53	001.007.664	TALCO INFANTIL 200G.(1070664) TALCO INFANTIL 200G.	UN	2.150	11,48	24.682,00
54	005.002.479	TERMOMETRO DIGITAL TERMOMETRO DIGITAL Termômetro Material: Plástico , Aplicação: Medição De Temperatura Em Ambientes , Faixa Medição Temperatura: Interna (-20/+70°C) E Externa (-50/+70°C) °C, Tipo: Digital , Características Adicionais: Botão Liga/Desliga, Cabo Extensor Com Mínimo 2m , Alimentação: Pilha	UN	100	35,80	3.580,00
55	005.006.539	TESOURA ANATÔMICA PARA CORTAR UNHAS DE REC UN TESOURA ANATÔMICA PARA CORTAR UNHAS DE RECÉM-NASCIDO.	UN	10	15,22	152,20
Total ->					854,14	400.187,95



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PARA USO NAS UNIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei 14.133/2021.

1.3. A quantidade mínima a ser adquirida neste Registro de Preços é de 10% (dez por cento) da quantidade licitada.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

a) O cumprimento de normas sanitárias e a manutenção de um ambiente limpo e seguro são fundamentais para a prevenção de doenças e promoção da saúde nas unidades educacionais. Os materiais de higiene, como sabonetes, papel higiênico, toalhas de papel, álcool em gel, desinfetantes, entre outros, são essenciais para a higienização constante dos espaços e equipamentos, prevenindo a propagação de doenças contagiosas.

b) O registro de preço permite à Secretaria Municipal de Educação realizar a compra de materiais de higiene de forma mais eficiente, com preços mais competitivos e prazos de entrega mais adequados. Esse processo proporciona um planejamento de compras mais eficaz e favorece a obtenção de melhores condições comerciais, resultando em economia de recursos públicos, que podem ser aplicados em outras áreas essenciais para a educação.

c) A utilização de materiais de higiene nas escolas é contínua e, muitas vezes, imprevisível, devido à quantidade de alunos e à rotatividade das atividades diárias. A adesão ao registro de preço garante à SME a possibilidade de adquirir os produtos conforme a demanda, sem a necessidade de processos licitatórios repetitivos, o que aumenta a agilidade no atendimento das necessidades emergenciais das unidades escolares.

d) A pandemia de COVID-19 reforçou a importância da higienização constante em espaços públicos, especialmente nas escolas. A participação no registro de preço assegura que os materiais de higiene essenciais para o combate a doenças infecciosas e a promoção da saúde coletiva sejam fornecidos de forma contínua, alinhando-se às orientações das autoridades sanitárias e de saúde.

e) O registro de preço simplifica e agiliza o processo de aquisição, reduzindo a carga burocrática e proporcionando uma gestão mais eficiente das compras. A SME, ao se integrar ao registro de preço, pode realizar suas aquisições de forma mais ágil e sem a necessidade de novos processos licitatórios para cada compra, facilitando a execução de seu planejamento orçamentário.

f) Dessa forma, a participação da Secretaria Municipal de Educação no registro de preço de materiais de higiene é uma medida que visa à melhoria das condições de saúde e segurança nas escolas, assegurando o fornecimento regular e eficiente desses materiais, com o máximo de economia de recursos e agilidade administrativa.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Trata-se de materiais e produtos de suma importância para higiene pessoal dos acolhidos na Casa de Acolhimento e para os usuários atendidos no SCFV. Sendo assim a aquisição futura destes



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Xangri-Lá

materiais práticas que promovam saúde e bem-estar das crianças enfatizamos a importância do cuidado, da interação e do conhecimento do corpo, aspectos diretamente ligados à higiene pessoal. Assim, a assistência social desempenha um papel crucial no desenvolvimento de hábitos saudáveis que perduram na vida do indivíduo. Dentre esses hábitos, a lavagem das mãos, higiene bucal, banho e cuidados corporais, se destacam como fundamentais para a saúde e o bem estar das crianças e dos adolescentes. A higiene pessoal é um aspecto fundamental para o bem-estar e desenvolvimento saudável das crianças, onde a proximidade e interação são constantes. Garantir que as condições sanitárias sejam adequadas e que as crianças tenham acesso aos materiais necessários para manter sua higiene pessoal é essencial e está atrelado ao compromisso do município com a qualidade dos serviços prestados. A disponibilização regular e constante de materiais de higiene pessoal, tais como: sabonetes líquidos/barra, xampus infantis, lenços umedecidos, fraldas descartáveis dentre outros, são indispensáveis para garantir que as crianças estejam limpas e confortáveis durante sua permanência na Casa de Acolhimento e SCFV. Levando em consideração que esses itens não apenas promovem a saúde física, mas também contribuem para a formação de hábitos saudáveis desde a infância, o que é essencial para o desenvolvimento global das crianças. Investir em materiais de higiene pessoal para as reforça o compromisso da administração pública municipal com a segurança e bem-estar dos atendidos e acolhidos, garantindo o cumprimento da responsabilidade em oferecer ambiente adequado, assegurando a saúde e conforto das crianças e adolescentes, aspectos que influenciam diretamente no seu dia a dia, além de atender os padrões de higiene estabelecidos para as instituições.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1.** A aquisição de MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL será realizada através de Registro de preço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.** A aquisição será efetuada de forma parcelada, conforme necessidades da Secretaria
- 3.3.** A presente solução consistirá no Registro de Preços para eventual e futura aquisição DE MATERIAIS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, conforme as especificações, as métricas, padrões mínimos de desempenho e de qualidade.
- 3.4.** A estimativa da quantidade de produtos de higiene pessoal a serem adquiridos é calculada com base no número de uso semanal das unidades das secretarias municipais.
- 3.5.** A opção pelo Registro de preço na aquisição de produtos de higiene pessoal é uma medida estratégica que se mostra vantajosa e alinhada às demandas identificadas. Essa solução permite a rápida adequação as rotinas de higiene, garantindo qualidade e atendimento imediato às necessidades de higiene dos atendidos e acolhidos das secretarias. Essa abordagem permite evitar desperdícios e/ou falta do item.
- 3.6.** Contratação de empresa que reforça o compromisso com a sustentabilidade e gestão responsável de resíduos químicos e tóxicos gerados pelos produtos fabricados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- a) Provimento de materiais e produtos de higiene pessoal para as unidades da Secretaria Municipal de Educação de Xangri-Lá, visando atender às necessidades da Secretaria.
- b) Os itens serão fornecidos por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e



Estado do Rio Grande do Sul Município de Xangri-Lá

autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

c) Os produtos a serem adquiridos devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação sanitária vigente, estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas das autoridades sanitárias competentes.

c.1) Devem assegurar a proteção e o bem-estar dos usuários. Além disso, o manuseio e armazenamento devem seguir as orientações de uso adequado, garantindo a segurança e a eficiência dos produtos.

4.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no Registro de Preços e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele. Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

b) Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantir a de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

c) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

d) Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.

e) Cumprir os serviços conforme disposições do contrato. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto do Contrato.

f) Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 FORMA DE EXECUÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

a) Os produtos deverão ser **entregues no prazo de até 20 (vinte) dias** contados do recebimento da nota de empenho. Caso a contratada não consiga realizar a entrega neste prazo, deverá informar a contratante justificando o porquê não irá conseguir realizar, a fim de que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

b) O local de entrega será na Rua Rio Camisas, Nº 1252, Centro. Xangri-Lá/RS, CEP 95588-000.

b.1) O local de entrega poderá sofrer alterações de acordo com as necessidades de mudanças de setores, por indicação do fiscal do contrato.

c) A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no Registro de Preços e Nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele. Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

d) Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes.

e) Consiste na modalidade de registro de preço, onde a empresa é responsável pela entrega e garantia do objeto.



Estado do Rio Grande do Sul Município de Xangri-Lá

- f) As licitantes deverão efetuar suas cotações seguindo rigorosamente as especificações solicitadas neste termo, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do termo em sua totalidade.
- g) Cumprir os serviços conforme disposições do contrato. indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do objeto do Contrato.
- h) Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.
- i) No que se refere aos produtos e materiais de higiene pessoal, no momento da entrega deverão vir lacrados, devidamente embalados e com normas de segurança.
- f) Os produtos e materiais de higiene pessoal deverão vir em conformidade com a solicitação realizada.
- g) O contratante reserva-se o direito de não receber os produtos que não es verem dentro das normas técnicas aplicáveis ou em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- h) Na hipótese de má qualidade dos itens, a empresa contratada deverá realizar a substituição, sem custos adicionais à contratante.

5.2 FORMA DE EXECUÇÃO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Os produtos deverão ser **entregues no prazo de 15 (quinze) dias** contados do recebimento da nota de empenho. É de responsabilidade do contratado fornecer RECIBO DE ENTREGA, que deverá ser assinado pelo responsável do setor, com data e hora.
- b) No que se refere aos produtos e materiais de higiene pessoal, no momento da entrega deverão vir lacrados, devidamente embalados e com normas de segurança.
- c) Os produtos e materiais de higiene pessoal deverão vir em conformidade com a solicitação realizada.
- d) O contratante reserva-se o direito de não receber os produtos que não estiverem dentro das normas técnicas aplicáveis ou em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- e) Os produtos deverão ter no mínimo prazo de validade de 1 ano da data de entrega.
- f) Os produtos deverão ser entregues nas **UNIDADES DA SECRETARIA DA CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme segue:

- SAS - AV. PARAGUASSÚ, 248 - CENTRO (fone: 51 36890662)
- SCFV - RUA OLMIRO LIMA, 163 - GUARÁ (fone: 51 36890662)

*Os locais de entrega poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades de mudança de setores ou secretarias.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto.
- 6.2. Fornecer bens conforme especificações, marcas, validade/garantia, preços propostos e nas quantidades solicitadas.
- 6.3. Comunicar toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento do produto.
- 6.4. Entregar os itens solicitados nos prazos especificados no item “5” deste anexo.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá

- 6.5. Efetuar a troca dos produtos que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento das especificações exigidas no certame ou por vícios e/ou defeitos identificados, sem qualquer ônus, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da notificação. Prestar informações e esclarecimentos, quando solicitado. Tal prazo poderá ser flexibilizado desde que previamente justificado e aceito pelo fiscal do contrato.
- 6.6. Efetuar a entrega dos bens e a emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho.
- 6.7. Cumprir os prazos estipulados.
- 6.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 6.9. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.
 - 6.9.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
 - 6.9.2. A CONTRATADA se responsabilizará por todas as despesas referentes a mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas.
 - 6.9.3. Responsabilizar pela prestação de garantia.
- 6.10. Apresentar toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa bem como a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsão expressa em Lei.
- 6.11. A contratada obriga-se em fornecer o objeto em conformidade com todas as especificações contidas neste termo de referência, presando pela qualidade da execução.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo e seus anexos.
- 7.2. Atestar o recebimento dos itens entregues bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações, por meio de notificação.
- 7.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 7.5. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado.
- 7.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no termo e seus anexos.
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.8. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XANGRI-LÁ para a entrega dos produtos.
- 7.9. Devolver os produtos que não apresentarem condições de acordo com o contratado.
- 7.10. Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade no fornecimento do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O Executivo Municipal reserva-se no direito de fiscalizar os itens fornecidos pela contratada através do servidores conforme segue:

- **Secretaria Municipal de Educação**

Eduardo Filipi da Rocha e Patrícia Ramos Xavier (suplente)

- **Secretaria da Cidadania e Assistência Social**

Jaqueline Moreira e Livia Grechi

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado em até trinta dias a partir da entrega do objeto, mediante apresentação de nota fiscal e autorização da respectiva Secretaria.

9.2. O erário reserva-se no direito de efetuar todos os descontos previstos em lei.

9.3. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa adjudicatária enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

9.4. O pagamento somente será efetuado mediante emissão das certidões habilitatórias atualizadas e negativas.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - licitação por registro de preço na modalidade de pregão eletrônico.

10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO - menor preço unitário.

10.3. FORMA DE FORNECIMENTO – O fornecimento será parcelado conforme a necessidade da secretaria ordenadora.

11. ESTIMATIVA DE VALORES:

11.1. Os quantitativos e custo unitário e total estimado da contratação encontra-se no **ANEXO II - RELAÇÃO DE ITENS COM VALOR REFERENCIA.**

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

010401 Educação

12.122.0001.2009.0000 Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO

010401 Educação

12.122.0001.2009.0000 Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.30.36 MATERIAL HOSPITALAR

010401 Educação

12.361.0030.2013.0000 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Xangri-Lá

010401 Educação

12.365.0030.2014.0000 Educação Infantil – Creche

3.3.90.30.09 MATERIAL FARMACOLÓGICO

010401 Educação

12.365.0030.2014.0000 Educação Infantil – Creche

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO

10 010701 Fundo Municipal de Assistência Social

08.122.0001.2068.0000 Manutenção da Secretaria de Assistência

3.3.90.30.22 MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO

Xangri-Lá, 11 de abril de 2025.

Maria Nazarete Pereira Ramos
Secretária de Educação

Graciela de Souza Barbosa
Secretária da Cidadania e Assistência Social



MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ - RS

AV. ELMAR RICARDO WAGNER, 854 - CNPJ 94.436.474/0001-24

XANGRI-LÁ - RS - CEP:9588-000

FONE: (51) 3689 0600 - WWW.XANGRILA.RS.GOV.BR



CÓDIGO DE ACESSO

B5A3B42BE4BC407382BA4C4EFD12BD68

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: MARIA NAZARETE PEREIRA RAMOS em 14/04/2025 09:07:32
CPF:***.***.720-91
Certificadora: PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - CA
- ✓ Assinante: GRACIELA DE SOUZA BARBOSA em 14/04/2025 13:41:38
CPF:***.***.950-76
Certificadora: PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://xangrila.flowdocs.com.br/public/assinaturas/B5A3B42BE4BC407382BA4C4EFD12BD68>